

Os Determinantes da Redução da Desigualdade Espacial no Ceará nas Últimas Décadas

RESUMO

Constata que a desigualdade econômica observada entre a Região Metropolitana de Fortaleza e o restante do Estado do Ceará tem sido uma preocupação constante nos planos dos governos estaduais desde a década de 1960. Neste sentido, pretendeu-se que as políticas implementadas funcionassem como forças centrífugas, ou seja, contribuíssem para a desconcentração econômica do estado, sendo um contraponto às externalidades econômicas existentes na RMF e, por consequência, diminuíssem a diferença entre os rendimentos dessas duas regiões. Analisa se o diferencial de rendimentos entre essas duas regiões está diminuindo, utilizando a decomposição de Oaxaca. Os resultados encontrados sugerem que, no período de 1992 a 2009, ocorreu tal redução, sendo possível intensificar esse processo por meio de políticas de incentivo à educação, dado que esse setor constitui um importante fator para a diferença entre os rendimentos regionais.

PALAVRAS-CHAVE

Desigualdade Regional. Concentração Econômica

Paulo Araújo Pontes

- Doutor em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.
- Mestre em Economia pelo
- Pós-Graduação em Economia (Caen)/ Universidade Federal do Ceará (UFC).
- Analista de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece).

1 – INTRODUÇÃO

A preocupação com o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, especialmente com as áreas mais distantes da capital estadual, tem sido objeto de preocupação permanente nos diversos planos de governo formulados desde a década de 1960. (LIMA, 2008). Para alcançar tal objetivo, foram utilizados diversos instrumentos, como, por exemplo, a construção de infraestrutura local, incentivos fiscais diferenciados para empresas industriais localizadas fora da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), implantação de centros tecnológicos e incentivos para a criação de áreas irrigadas.

Entretanto, conforme a teoria econômica preconiza, observa-se que, de uma forma geral, a atividade econômica tende a se concentrar em determinados espaços geográficos onde, por via de regra, já ocorrem externalidades econômicas positivas. (SUZIGAN, 2001). Tal fenômeno funciona como uma força centrípeta, cujo resultado seria uma maior atratividade das regiões desenvolvidas para a instalação de investimentos produtivos. (SUZIGAN, 2001).¹ Assim, seria possível supor que este fenômeno constitui um óbice aos ensejos expressos acima, dado que as forças de mercado tenderiam a favorecer a concentração geográfica da atividade econômica.

Ruiz e Domingues (2008) identificaram, para o ano de 2000, a existência de concentrações econômicas no Estado do Ceará, notadamente no entorno da RMF e ao sul do estado, na região onde estão os municípios do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Nesse estudo, os autores pontuam que o interior do estado é bastante homogêneo e que, de uma forma geral, para o Nordeste, a interiorização de atividades produtivas é bastante incipiente.

Todavia, Oliveira; Ellery e Sandi (2007) destacam que as mudanças econômicas, ocorridas no Brasil na

década de 1990, tornaram desejável uma distribuição mais equitativa da população e da atividade econômica, enfatizando a necessidade de políticas regionais que contribuam para tal fim. De acordo com esse autor, uma política regional, para ser efetiva, deve incrementar o bem-estar da população residente na região beneficiada.

Assim, a atuação do governo estadual, buscando promover o desenvolvimento das regiões além da RMF, encontra uma justificativa dentro da teoria econômica, sendo necessário, além disto, que sejam avaliadas tais medidas, ou seja, se a intervenção estatal tem alcançado a meta a que se propõe. Portanto, constitui objetivo central deste artigo analisar se, no período de 1992 a 2009, ocorreu uma redução das desigualdades regionais dentro do Estado do Ceará, mais propriamente se a diferença de renda entre a RMF e as demais regiões do estado está diminuindo ou não.

Para tanto, será utilizada a técnica de decomposição de Oaxaca (1973), que consiste basicamente na análise de fatores que contribuem para o diferencial de uma determinada variável entre dois grupos distintos. Sendo assim, optou-se por analisar o diferencial de salário-hora da população ocupada na RMF e nas demais regiões do Estado do Ceará. Os resultados evidenciam que, de uma forma geral, a redução das disparidades educacionais entre a RMF e o restante do estado contribuiu consideravelmente para atenuar as diferenças regionais no Ceará.

Este estudo está dividido em cinco tópicos, além desta introdução. No segundo tópico, são feitos alguns comentários sobre a concentração econômica e populacional na RMF, bem como a evolução da preocupação do governo quanto a este tema, apresentando, em linhas gerais, as políticas propostas para o desenvolvimento regional. No terceiro tópico, são apresentados alguns dados sobre a diferença de educação e rendimentos entre as duas regiões em análise. No quarto tópico, é apresentada a metodologia utilizada neste estudo e, no tópico seguinte, os resultados encontrados. No sexto e último tópico, são feitas as considerações finais.

¹ Além das forças centrípetas, que contribuiriam para a concentração das atividades, podem ocorrer as centrífugas, que promoveriam a desconcentração das atividades produtivas. As primeiras seriam decorrência de externalidades positivas (economias externas) e a segunda de externalidades negativas (deseconomias externas). (KRUGMAN, 1999).

2 – CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NA RMF E POLÍTICAS DE INTERIORIZAÇÃO

Uma característica marcante no Estado do Ceará é a concentração econômica e populacional na RMF. De fato, Bezerra e Barbosa (2010) ressaltam que esta região concentrava, nos anos de 2002 e 2007, mais de 64% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e, segundo Censo de 2010, representava mais de 42,8% da população cearense, concentrados principalmente na cidade de Fortaleza. É interessante observar que o crescimento populacional de Fortaleza ocorreu primordialmente no século XX, dado que, em 1900, Fortaleza respondia por 6% da população estadual e, em 2000, representava aproximadamente 29% da população.² (OLIVEIRA; ELLERY; SANDI, 2007).³

Pelas informações acima, é possível supor que o crescimento econômico e populacional da RMF ocorreu primordialmente no século XX, podendo-se atribuir tal fato a diversos fatores, tais como a cidade ser sede do governo estadual e a existência nela do porto mais importante do Ceará.⁴ É possível imaginar, por conseguinte, que este processo, por si só, teria sido suficiente para gerar diversas economias externas e, desta forma, contribuir para a maior concentração econômica na RMF. De acordo com Krugman (1999), esse processo seria intensificado até o momento em que as forças centrífugas superariam as centrípetas, contribuindo para a descentralização econômica do estado.

Entretanto, deve-se observar que tal problema chamou a atenção dos gestores públicos, razão por que foram propostas diversas políticas que objetivavam promover a descentralização econômica estadual. Assim, foram formuladas ações nos diversos planos de governo, lançados desde o ano de

1963, cujo principal interesse seria a promoção do desenvolvimento regional. Como exemplo, pode-se citar o I Plano de Metas Governamentais (Plameg), de 1963, que identificava como prioritários investimentos em infraestrutura, tais como fornecimento de energia elétrica e pavimentação e abertura de estradas, para o desenvolvimento do interior. (CEARÁ, 1965).

Nos planos de governos subsequentes, é possível identificar que ações voltadas à consolidação da infraestrutura no interior do Ceará foram previstas e consideradas como necessárias. (CEARÁ, 1965, 1967, 1971). Assim, priorizaram-se, por exemplo, os investimentos para garantir o abastecimento de eletricidade fora da RMF e a expansão da rede de telefonia estadual na década de 1970. Entretanto, nem todos os investimentos previstos foram efetivados, como, por exemplo, a construção de uma rodovia que ligasse as regiões Norte e Sul do Ceará. (CEARÁ, 1971).

Na década de 1980, houve uma menor ênfase nas políticas de interiorização, dada a crise financeira que assolou o estado naquele período. (LIMA, 2008). Entretanto, ao final da década, no Plano de Mudanças, percebe-se também uma maior preocupação com o desenvolvimento social, sendo considerados como prioritários a erradicação do analfabetismo no estado e a universalização do ensino fundamental. (CEARÁ, 1987).

Dando prosseguimento às prioridades na melhoria da educação e na promoção do desenvolvimento do interior, foram previstos, no plano de governo de 1995, a criação de centros tecnológicos de ensino superior e técnico (CEARÁ, 1995), cuja instalação ocorreu na segunda metade da década de 1990. (CEARÁ, 2000). Além das ações nessa área, foram consideradas como prioritárias as políticas que resultassem na descentralização do sistema de saúde pública. (CEARÁ, 1987, 1995).

Deve-se destacar ainda que, durante a década de 1990, foi priorizada, pelo governo do estado, a atração de investimentos industriais, privilegiando a implantação de grandes plantas industriais para o Ceará, sendo, inclusive, concedidos maiores incentivos às empresas localizadas fora da RMF. (CEARÁ, 1995,

2 A expansão populacional de Fortaleza ganha impulso na década de 1950, quando a população da cidade cresce 93% entre os anos de 1950 e 1960. (CEARÁ, 1965).

3 Percentual idêntico ao observado com os dados do Censo de 2010.

4 É interessante observar que Krugman (1999) cita que fatores como importância política de uma cidade, baixos custos de transportes (dada a existência de um porto, por exemplo) seriam fatores que contribuiriam tanto em países industrializados como em países em desenvolvimento, para a formação de metrópoles.

2000). Além disso, destacam-se os investimentos em obras de infraestrutura, como o açude do Castanhão e o porto do Pecém, por exemplo, que também foram realizadas nesse período.

Portanto, ao final século XX, é possível observar alguns resultados das políticas adotadas, como, por exemplo, a universalização do ensino fundamental e a considerável redução da mortalidade infantil no estado.⁵ (CEARÁ, 2000).

Já na década de 2000, houve continuidade dos investimentos sociais, sendo possível constatar que, após o ano de 2006, o planejamento de políticas públicas passou a considerar o modelo de planejamento participativo, com a população de cada região sendo consultada sobre suas carências e quais ações seriam mais apropriadas para saná-las. (CEARÁ, 2008). Observa-se ainda que as propostas desse novo posicionamento, de uma forma geral, priorizam ações na área de educação, notadamente a profissionalizante.

Em 2007, o governo estadual fortaleceu o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), cujo objetivo é alfabetizar os alunos da rede pública até os sete anos de idade, destinando recursos aos municípios cearenses. (CEARÁ, 2011a). Outro programa estadual, que teve início em 2008, é o de Educação Profissional, em que há uma integração do currículo do ensino médio com ensino técnico profissional. (CEARÁ, 2011b)⁶. Por fim, pode-se citar a construção de hospitais regionais e policlínicas, que permitirão ganhos na qualidade de vida das populações atendidas.

Portanto, sob o ponto de vista histórico, é possível constatar que vêm ganhando importância, desde o fim da década de 1980, e, por consequência, devem estar resultando em diversos benefícios para a população do Ceará. Assim, nos próximos tópicos será analisada

a evolução de algumas diferenças socioeconômicas entre a RMF e o restante do estado.

3 – BREVE DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS DISPARIDADES REGIONAIS

Como foi observado anteriormente, durante as últimas décadas os sucessivos planos de governo têm chamado a atenção para o hiato de desenvolvimento entre a RMF e o restante do estado. Assim, neste tópico, será analisada a evolução de alguns indicadores socioeconômicos do estado com base em algumas variáveis selecionadas nas Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs) de 1992, 2001 e 2009, com o objetivo de avaliar se a preocupação com o desenvolvimento das áreas além da RMF tem-se traduzido em redução nas desigualdades estaduais.

O primeiro ponto a ser analisado é a média de anos de estudos da população em idade ativa, ou seja, entre 16 e 65 anos de idade.⁷ Assim, é apresentada, na Tabela 1, a escolaridade média das pessoas nessa faixa etária nos anos de 1992, 2001 e 2009, sendo possível constatar que, nos três anos em análise, a média de anos de estudo é superior na RMF. Entretanto, essa diferença vem diminuindo, dado que, em 1992, a média da RMF era mais de duas vezes superior, enquanto, em 2009, havia sido reduzida para menos de 40%.

É interessante observar ainda a distribuição dos anos de estudo pela população da faixa etária acima mencionada (ver Gráfico 1), dado que, em 1992, havia uma nítida concentração na população de 16 a 65 anos residente fora da RMF, com menos de cinco anos de escolaridade, enquanto, na RMF, essa distribuição era mais dispersa entre as faixas de maior escolaridade. Note-se que, no ano de 2009, a distribuição fora da RMF está bem menos concentrada nas faixas de menor escolaridade e, na RMF, há uma maior densidade nas faixas de maior escolaridade.

Outro fato digno de nota, que pode ser observado no Gráfico 1, é que, em ambas as regiões, a média modal passou a ser o ensino médio completo (11

5 É interessante observar que a mortalidade infantil, no Ceará, caiu de 66,8 para cada mil nascidos vivos, em 1993, para 39,8 em 2000. (BEZERRA-FILHO; KERR-PONTES; BARRETO, 2007). Deve-se observar que este comportamento de queda foi observado em todo o território nacional. (BEZERRA-FILHO; KERR-PONTES; BARRETO, 2007).

6 Outra forma de atuação do governo estadual tem sido utilizar critérios de desempenho na educação para calcular o repasse de ICMS para os municípios. Entretanto, dado o pouco tempo de existência dessa política, seus resultados ainda não podem ser mensurados a contento.

7 Há, na literatura econômica, um consenso de que a educação formal coopera para a formação de capital humano do indivíduo, o que contribuirá para maiores rendimentos no trabalho e, conseqüentemente, para melhoria da qualidade de vida da pessoa. Para maiores detalhes, ver Borges (2012).

Tabela 1 – Escolaridade média da População de 16 a 65 Anos de Idade para Anos Seleccionados

Ano	RMF	Fora RMF	Estado	Razão RMF/Fora RMF
1992	5.75	2.78	3.99	2.07
2001	7.19	4.32	5.56	1.66
2009	8.32	6.06	7.06	1.37

Fonte: Elaboração Própria do Autor a partir dos Dados do IBGE (1992, 2001, 2009).

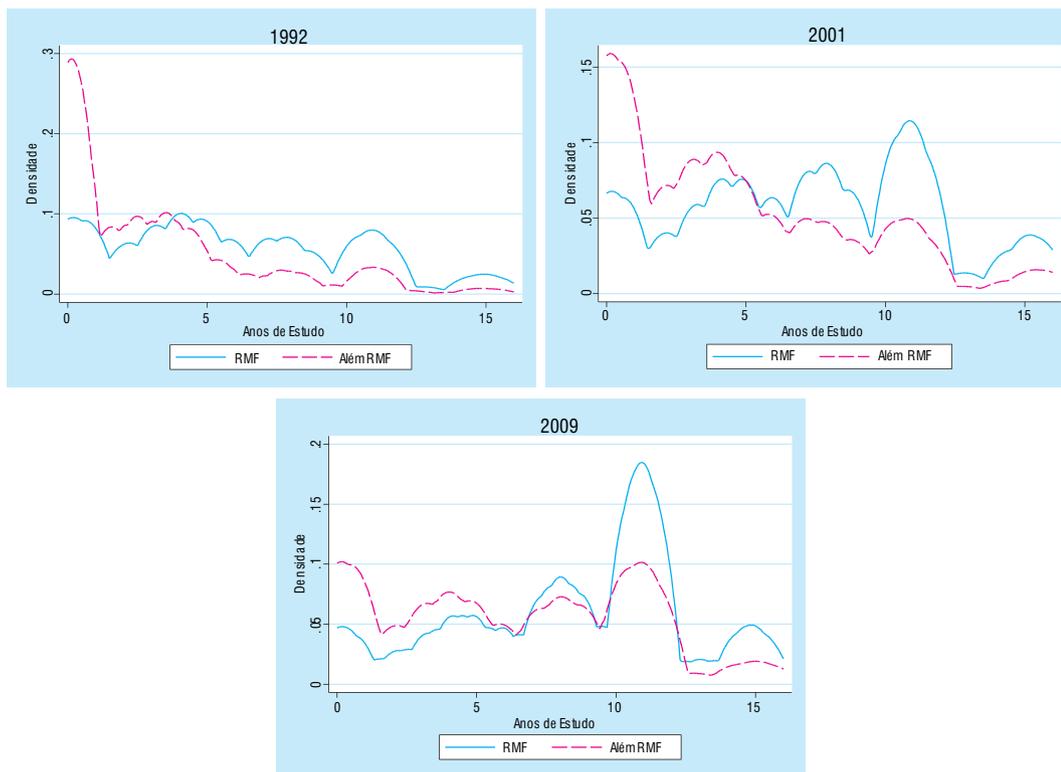


Gráfico 1 – Distribuição da População de 16 a 65 Anos de Idade por Anos de Estudo

Fonte: Elaboração Própria do Autor a partir dos Dados do IBGE (1992, 2001, 2009).

anos de estudo); entretanto, destaque-se que, na RMF, essa concentração é bem maior. Assim, dada a maior escolaridade da população, espera-se que tenha havido um crescimento da renda das pessoas, uma vez que o maior número de anos de estudo permite ganhos de produtividade aos indivíduos.⁸

Dessa forma, analisando-se a renda do trabalho principal das pessoas em idade produtiva, ou seja, entre 16 e 65 anos de idade, no Ceará (Tabela 2), é possível constatar que, fora da RMF, o rendimento médio no trabalho principal cresceu à taxa de 1,95%

ao ano, entre 1992 e 2009, enquanto na RMF este crescimento foi de apenas 0,5%. Deve-se observar que, apesar desse crescimento, a renda média fora da RMF, em 2009, ainda é inferior à média observada na região mais desenvolvida.

Quanto à distribuição dos rendimentos no trabalho principal, é possível verificar, pela inspeção do Gráfico 2, que o rendimento modal fora da RMF era bem inferior ao da Região Metropolitana e, já em 2009, pode-se constatar, visualmente, que essas médias estavam bastante próximas. Entretanto, deve-se destacar que, tanto em 2001 como em 2009, a distribuição de salários na RMF era mais concentrada à direita da média modal, quando comparada com a

⁸ Observe-se que outras políticas de promoção de geração de trabalho e renda também poderiam contribuir para o incremento da renda.

Tabela 2 – Renda Média no Trabalho Principal da População de 16 a 65 Anos de Idade (R\$ de 2009)

Ano	RMF	Fora RMF	Estado	Razão RMF/Fora RMF
1992	408.39	158.55	259.89	2.58
2001	489.50	192.06	321.04	2.55
2009	854.19	378.98	578.93	2.25

Fonte: Elaboração Própria do Autor a partir dos Dados do IBGE (1992, 2001, 2009).

distribuição dos municípios, além da RMF, justificando assim o maior salário médio da Região Metropolitana.

Quanto ao setor industrial, que, na estratégia de governo, foi considerado como uma das prioridades para o desenvolvimento do interior do estado, é possível constatar, como pode ser observado na Tabela 3, que, fora da RMF, o rendimento médio do trabalho principal mais que dobrou no período em questão, enquanto, na RMF, este crescimento foi de aproximadamente 40%. Destaque-se que, ao se compararem os valores da Tabela 2 com os da Tabela 3, verifica-se que os rendimentos no setor industrial, na RMF, passaram a ser inferiores à média paga, naquela região em todos os setores econômicos.

Já no restante do Estado o salário médio do setor industrial é, nos três anos em análise, superior ao valor médio da economia.

Com relação à distribuição de salários no setor industrial, é possível constatar-se, pela observação do Gráfico 3, que a distribuição de rendimentos no trabalho principal deste setor apresentou comportamento similar ao observado anteriormente, ou seja, o salário modal da RMF e fora dela se aproximaram.

Portanto, percebe-se, de uma forma geral, que a diferença entre os rendimentos da RMF e fora desta região tem efetivamente diminuído, sendo necessário investigar que fatores têm contribuído para

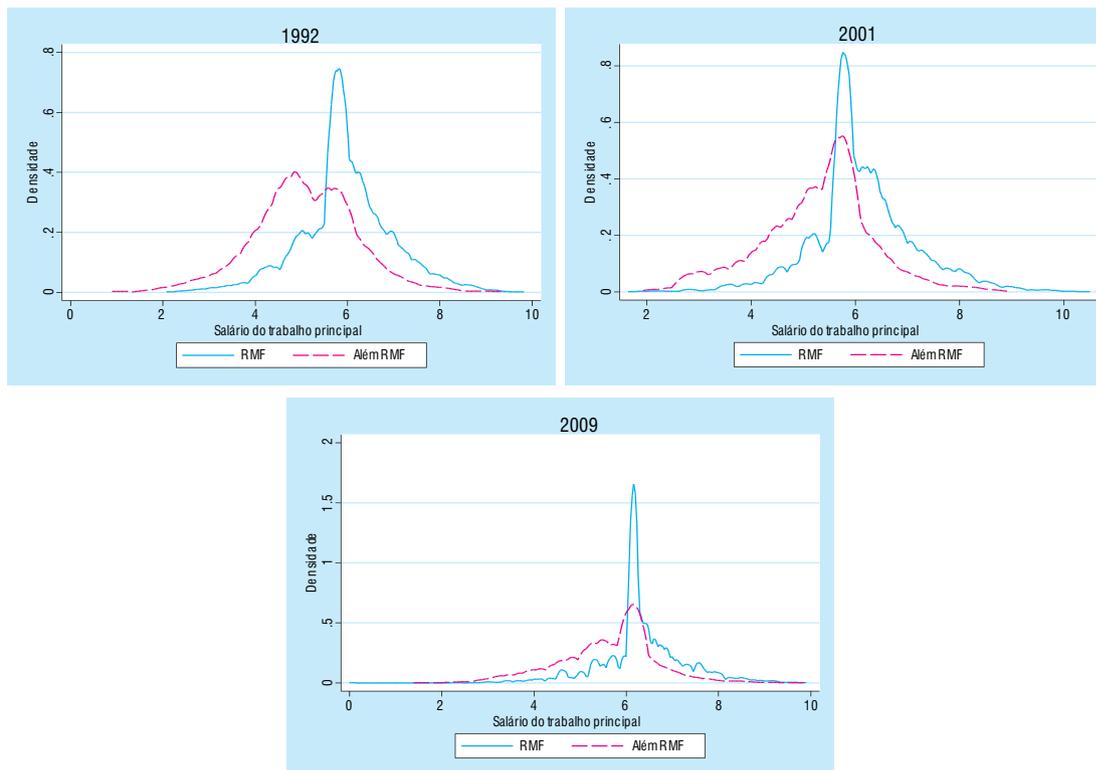


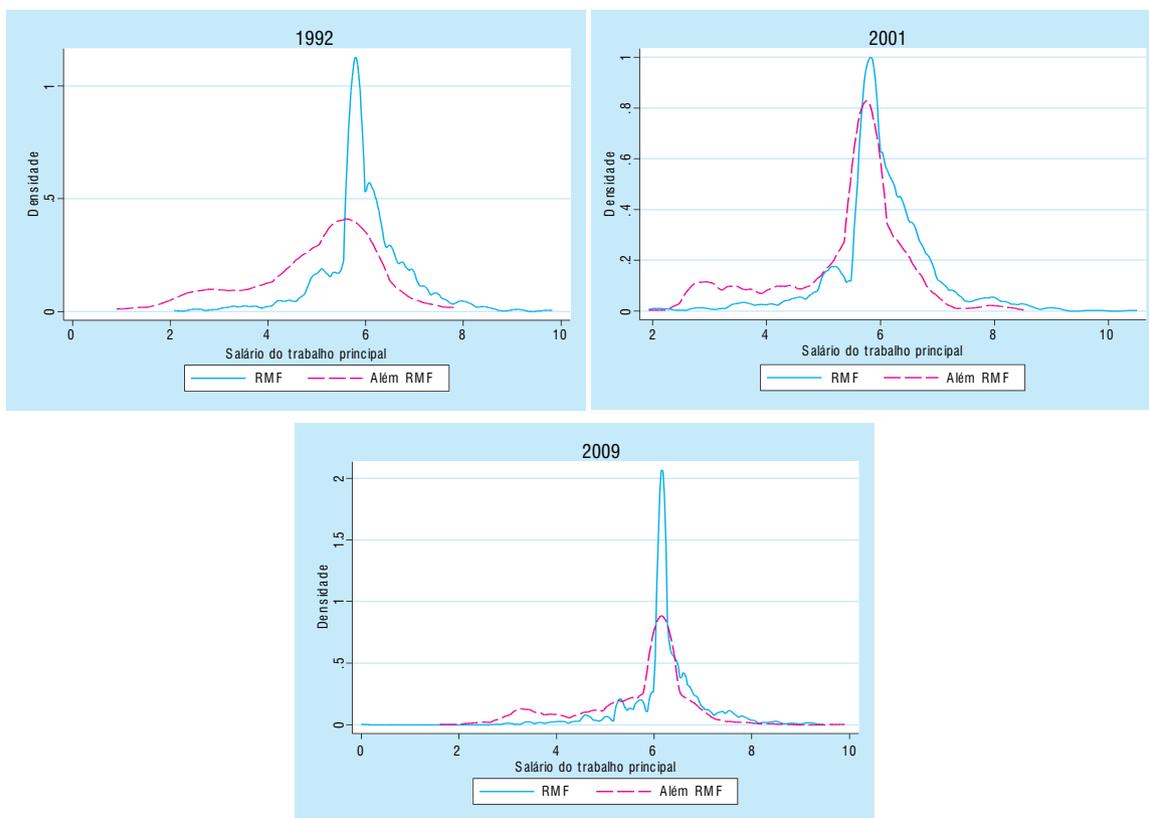
Gráfico 2 – Distribuição da População pelo Logaritmo do Salário no Trabalho Principal

Fonte: Elaboração Própria do Autor a partir dos Dados do IBGE (1992, 2001, 2009).

Tabela 3 – Renda Média no Trabalho Principal da População de 16 a 65 Anos de Idade no Setor Industrial (R\$ de 2009)

Ano	RMF	Fora RMF	Estado	Razão RMF/Fora RMF
1992	515.08	204.03	390.13	2.52
2001	543,00	289.22	412.57	1.88
2009	707.63	448.25	578.34	1.58

Fonte: Elaboração Própria do Autor a partir dos Dados do IBGE (1992, 2001, 2009).

**Gráfico 3 – Distribuição da População pelo Logaritmo do Salário no Trabalho Principal no Setor Industrial**

Fonte: Elaboração Própria do Autor a partir dos Dados do IBGE (1992, 2001, 2009).

tal fenômeno. Desse modo, no tópico seguinte, será explicitada a metodologia utilizada para esta tarefa.

4 – METODOLOGIA

Neste tópico será apresentada, de forma sucinta, a metodologia que será empregada na tarefa de identificar como tem evoluído a desigualdade de rendimentos entre a RMF e o restante do estado, tendo-se optado por utilizar a decomposição de Oaxaca (1973), descrita a seguir.

A decomposição de Oaxaca (1973) é um método

utilizado para mensurar efeito de discriminação e de políticas públicas e consiste basicamente em comparar dois grupos de indivíduos, onde um destes pertence a determinada categoria e o outro não. Neste método, em um primeiro momento, são estimadas duas equações de salários para cada um dos grupos acima descritos. Neste trabalho, os indivíduos foram separados entre aqueles que moram na RMF e os que moram além desta região. As equações são as seguintes:

$$\begin{aligned} \ln(Y_1) &= X'_1 \beta_1 + \mu_1 \\ \ln(Y_2) &= X'_2 \beta_2 + \mu_2 \end{aligned} \quad (1)$$

Em que Y é o salário-hora do indivíduo, X_i é um vetor de variáveis explicativas e μ_i é um termo de erro com distribuição normal e média igual a zero. Como variáveis explicativas foram escolhidas as seguintes: o sexo (homem=1), que capta a existência de uma discriminação positiva para os indivíduos do sexo masculino, e a raça (negro=1), dado que se espera que esses indivíduos sofram discriminação no mercado de trabalho;⁹ a quantidade de anos de estudos e a idade do trabalhador – essas duas variáveis são indicadores do capital humano do indivíduo, onde se espera que, quanto maiores, maior o salário;¹⁰ e o setor em que o indivíduo trabalha (o setor agrícola foi escolhido como grupo de referência). A escolha dessas variáveis deve-se pelo fato de esses dois setores pagarem maiores salários que o agrícola. O subscrito “i” indica as pessoas que moram na RMF (2) ou não (1).

Relativamente às variáveis listadas, deve-se ressaltar que se optou pela inclusão.

Em seguida, a primeira equação é subtraída da segunda e é aplicado o operador esperança, obtendo-se:

$$E[\ln(y_1)] - E[\ln(y_2)] = E[X_1']\beta_1 - E[X_2']\beta_2 \quad (2)$$

O passo seguinte é subtrair e somar $E[X_2']\beta_1$, obtendo-se a seguinte expressão:

$$E[\ln(y_1)] - E[\ln(y_2)] = [E[X_1] - E[X_2]]\beta^* + [E[X_1'](\beta_1 - \beta^*) + E[X_2'](\beta^* - \beta_2)] \quad (3)$$

em que $\beta^* = f(\beta_1, \beta_2, \beta)^{11}$

Como ressalta Jann (2008), o termo $[E[X_1] - E[X_2]]\beta^*$ representa o diferencial

explicado pelas diferenças dos grupos, enquanto a expressão $[E[X_1'](\beta_1 - \beta^*) + E[X_2'](\beta^* - \beta_2)]$ representa a diferença não-explicada. De uma forma geral, este segundo termo é interpretado como a diferença atribuída à discriminação; entretanto, deve-se observar que ele captura todos os potenciais efeitos de variáveis não-observadas. (JANN, 2008). Como neste estudo está sendo analisada uma diferença regional, este segundo termo deve ser interpretado como a diferença de salários atribuída às singularidades das duas regiões em análise, que não são explicadas pelas características observadas.

Outra possibilidade, dado o uso da decomposição de Oaxaca, é estimar o efeito parcial de uma determinada variável (TAKAHASHI, 2007), dada pela seguinte expressão:

$$EP_i = [\bar{x}_{i1} - \bar{x}_{i2}] * \beta^* + (\hat{\beta}_1 - \hat{\beta}_i^*) * \bar{x}_{i1} + (\hat{\beta}_i^* - \hat{\beta}_2) * \bar{x}_{i2} \quad (4)$$

em que \bar{x}_{ij} é o valor médio da variável explicativa i e EP_i é a desigualdade atribuída a ela. Assim, como na equação (3), o primeiro membro desta equação captura os efeitos explicados e os dois últimos, os não-explicados, que serão atribuídos às diferenças regionais.

Por fim, deve-se argumentar que, apesar de a técnica de decomposição de Oaxaca ter sido desenvolvida para estudos sobre discriminação, ela vem sendo utilizada para estudos sobre diferenças regionais, podendo-se citar como exemplos os artigos de Takahashi (2007) e Heisz e LaRochelle-Côté (2007) que analisaram respectivamente diferenças regionais na composição dos gastos familiares no Vietnã e na oferta de trabalho no Canadá. Assim, no próximo tópico, serão reportados os resultados encontrados.

5 – RESULTADOS EMPÍRICOS

Como pode ser observado na Tabela 4, é possível constatar que a diferença de salários entre a RMF e o restante do estado sofreu uma sensível redução entre os anos de 1992 e 2009; entretanto, esta redução apresenta peculiaridades distintas no período de 1992 e 2001 e no período posterior. Em primeiro lugar, deve-se verificar que a redução no segundo período foi maior do que a observada entre os anos de 1992 e 2001.

9 Borges (2012) chama atenção para o fato de que as diferenças salariais entre indivíduos possam ser explicadas por fatores como gênero e raça, dado que os empregadores podem preferir contratar indivíduos com determinadas características.

10 Estas duas variáveis compõem a equação minceriana de salários, proposta por Mincer (1974), que serve de base para estudos de economia da educação.

11 Aqui se optou por um modelo que considera três estimações para o parâmetro, sendo as duas primeiras referentes a uma regressão de salários para a RMF e fora dela e, na terceira, incluindo uma *dummy* para os residentes na RMF e estimando uma única equação para todo o estado. Os resultados de cada regressão e as médias das variáveis explicativas são apresentados no Anexo deste estudo. Para maiores detalhes ver Jann (2008).

Tabela 4 – Diferencial do Logaritmo do Salário-hora entre a RMF e o Restante do Estado

Variáveis	1992			2001			2009		
	Geral	Explicada	Não Explicada	Geral	Explicada	Não Explicada	Geral	Explicada	Não Explicada
Homem		0,0669*** (0,0105)	0,366*** (0,0388)		0,0507*** (0,00737)	0,232*** (0,0277)		0,0438*** (0,00561)	0,188*** (0,0246)
Negro		-0,00832*** (0,00223)	0,0794** (0,0345)		-0,0132*** (0,00238)	0,0878*** (0,0281)		-0,00428*** (0,00119)	0,0768*** (0,0276)
Anos de estudo		-0,348*** (0,0150)	0,0884*** (0,0249)		-0,336*** (0,0134)	0,0161 (0,0275)		-0,279*** (0,0117)	0,0177 (0,0338)
Idade		0,309*** (0,0391)	-1,090*** (0,297)		0,151*** (0,0317)	-1,110*** (0,273)		0,0673*** (0,0253)	0,320 (0,260)
Idade ao quadrado		-0,297*** (0,0350)	0,647*** (0,155)		-0,177*** (0,0277)	0,552*** (0,144)		-0,0988*** (0,0220)	-0,200 (0,136)
Indústria		-0,00734 (0,00546)	0,0172 (0,0178)		-0,0121*** (0,00316)	0,0809*** (0,0166)		-0,00564*** (0,00153)	0,0510*** (0,0125)
Serviço		-0,0110 (0,00881)	0,132*** (0,0457)		-0,0892*** (0,00903)	0,240*** (0,0448)		-0,0205*** (0,00301)	0,160*** (0,0229)
Fora RMF	4,990*** (0,0249)			5,214*** (0,0200)			5,544*** (0,0179)		
RMF	5,909*** (0,0162)			6,086*** (0,0140)			6,305*** (0,0111)		
Diferença	-0,919*** (0,0297)			-0,873*** (0,0244)			-0,761*** (0,0210)		
Explicada	-0,296*** (0,0221)			-0,425*** (0,0175)			-0,297*** (0,0129)		
Não- explicada	-0,623*** (0,0279)			-0,447*** (0,0208)			-0,464*** (0,0180)		
Constante			-0,863*** (0,170)			-0,546*** (0,158)			-1,077*** (0,147)
Obs.	6.349	6.349	6.349	8.484	8.484	8.484	10.678	10.678	10.678

Fonte: Elaboração Própria do Autor a partir dos Dados do IBGE (1992, 2001, 2009).

Erros-padrões robustos entre parênteses

*** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$

Outra diferença significativa é que, no primeiro período, a redução na desigualdade ocorreu principalmente nos fatores não-explicados, ou seja, relacionados às características não-observadas entre as duas regiões. Já no segundo período, a redução ocorreu quase que exclusivamente entre os fatores explicados. Em termos proporcionais, a diferença de rendimentos por fatores não-explicados caiu de 67,8% em 1992 para 60,9% em 2009, implicando numa maior representatividade dos fatores explicados no diferencial de salários.

Observando-se apenas a diferença explicada pelas características das regiões é possível constatar que, em

1992, 117,5% das diferenças salariais explicadas eram decorrentes das diferenças educacionais, enquanto, em 2009, este fator representava 93% destas diferenças. Possivelmente, as políticas de universalização e melhoria do ensino público são responsáveis por esta redução, podendo-se afirmar que a continuidade delas e seu aprimoramento prosseguirão contribuindo para a redução das disparidades entre as duas regiões. Cabe destacar que, para os anos de 2001 e 2009, as características educacionais não contribuíram para a desigualdade entre os fatores não-explicados.

Quanto à idade do trabalhador, utilizada como *proxy* de experiência, é possível constatar que,

na diferença explicada pelas características dos indivíduos, ela contribuía, a taxas decrescentes, para a redução das desigualdades entre a RMF e o restante do estado. Entretanto, a magnitude do efeito dos fatores não-explicados era maior do que os explicados nos anos de 1992 e 2001, contribuindo para a desigualdade regional. Possivelmente, isto seja explicado pelo fato de empresas industriais da RMF valorizarem mais o trabalhador com experiência do que as localizadas fora dela.¹²

Já o fato de o indivíduo trabalhar no setor industrial ou de serviços contribuía, principalmente pelo lado das diferenças não-explicadas, para a redução das disparidades regionais. Provavelmente, isto ocorra porque esses setores propiciam melhores rendimentos do que o setor agrícola, onde é esperada uma maior proporção de pessoas ocupadas fora da RMF. Deve-se observar que a contribuição do setor industrial para a redução das disparidades salariais é bastante inferior à do setor de serviços.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A marcante desigualdade entre o desenvolvimento da RMF e o restante do estado é uma característica da economia cearense, que, desde a década de 1960, vem sendo objeto de preocupação dos diversos planos de governo e, por conseguinte, de políticas públicas voltadas para a solução deste problema.

Já na década de 1990, as políticas sociais foram colocadas em destaque, podendo-se ressaltar as políticas educacionais, que objetivavam o aumento da escolaridade da população. Esperava-se, dessa forma, que um maior nível de escolaridade permitisse aos indivíduos maiores rendimentos no mercado de trabalho, reduzindo os desníveis entre essas regiões.

Assim, como foi observado anteriormente, entre os anos de 1992 e 2009, houve um crescimento considerável na média de anos de estudos da população em idade ativa tanto na RMF como fora

dela, sendo possível observar que, nesse mesmo período, houve um incremento da concentração da população em torno de faixas mais elevadas de escolaridade.

Foi constatado ainda que o rendimento modal no trabalho principal dos indivíduos residentes fora da RMF aproximou-se daquele observado na Região Metropolitana; entretanto, estes rendimentos continuam concentrados na cauda esquerda da distribuição, indicando que ainda existe uma considerável diferença de rendimentos entre estas duas regiões e, portanto, necessidade de políticas de desenvolvimento regional no estado.

Entretanto, deve-se destacar, como evidenciado pelo modelo empírico, que as melhorias na educação permitiram uma queda no desnível de rendimentos, apesar de ainda existirem diferenças associadas aos níveis de escolaridade das regiões. Fica evidente, portanto, a importância da continuidade dos investimentos em educação para a redução das desigualdades dentro do estado. Inclusive, foi possível observar que as condições de educação contribuíram de forma mais evidente, para a redução das desigualdades do que o fato de o indivíduo trabalhar no setor industrial, sugerindo que políticas educacionais podem ser mais efetivas do que as de incentivos ao setor secundário.

Desta forma, deve-se pontuar que programas na área de educação, como os de promoção à alfabetização na faixa etária apropriada, de educação profissional e a interiorização de atividades do ensino superior, deverão contribuir ainda mais para a redução das disparidades de rendimentos entre a RMF e o restante do estado.

Por fim, deve-se destacar que o método empregado neste estudo não permite afirmar quanto da redução das diferenças regionais é decorrente das ações do governo estadual, uma vez que é possível intuir que políticas federais e municipais também contribuíram para esta redução. Entretanto, considerando-se que o governo estadual é responsável por investimentos, de forma direta ou não, nos três níveis de ensino, é possível atribuir-lhe uma maior responsabilidade pela redução das disparidades.

¹² Esta valorização pode decorrer do tipo de indústria existente na RMF, dado que o parque industrial desta região é mais diversificado do que o das áreas fora da RMF, que se concentram principalmente no setor calçadista. (PAIVA; CAVALCANTE; ALBUQUERQUE, 2007).

AGRADECIMENTOS

O autor agradece os comentários de Witalo Paiva, Flávio Ataliba e Adriano Sarquis que contribuíram para a melhoria deste artigo. Os eventuais erros ou omissões são de responsabilidade do autor.

ABSTRACT

This paper notes that the economic inequality observed between the Fortaleza Metropolitan Region and the rest of the State of Ceara has been a constant concern in the plans of state governments since the 1960s. In this sense, it is intended that the policies implemented worked as centrifugal forces, ie, to contribute to the economic decentralization of the state, as a counterpoint FMR's economics externalities, and reduce the difference between these two regions. It analyzes if the earnings differential between those regions is decreasing, using the Oaxaca decomposition. The results suggest that in the period of 1992-2009 this reduction happened being possible to intensify this process through motivation to education policies being said that this sector constitutes an important factor for the difference between regional incomes.

KEY WORDS

Regional Inequality. Economic Concentration.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA-FILHO, José Gomes; KERR-PONTES, Lígia Regina S.; BARRETO, Maurício Lima. Mortalidade infantil e contexto sócio-econômico no Ceará, Brasil, no período de 1991 a 2001. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 7, n. 2, p. 135-142, abr./jun. 2007.
- BEZERRA, Heloísa; BARBOSA, Eveline. **Desempenho econômico do Estado do Ceará em anos recentes**. Fortaleza: Ipece, 2010. (Texto para Discussão, n. 79).
- BORGES, George J. **Economia do trabalho**. Tradução R. Brayan Taylor. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.
- CEARÁ. Governo do Estado. **Consolidando o novo Ceará: Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2002**. Fortaleza, 2000.
- _____. **Educação profissional**. Fortaleza. 2011. Disponível em: <www.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2011a.
- _____. **Planejamento participativo e regionalizado: ações e propostas prioritárias do Governo do Estado: 2008-2010**. Fortaleza, 2008.
- _____. **Plano de Ação Integrada do Governo: Plaig 1967-1970**. Fortaleza, 1967.
- _____. **Plano de Desenvolvimento Sustentável 1995-1998**. Fortaleza, 1995.
- _____. **Programa Educação na Idade Certa**. Fortaleza, [20--]. Disponível em; <<http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/index.php/eixos-do-programa>>. Acesso em: 30 jun. 2011b.
- _____. **Plano de Mudanças 1987-1991**. Fortaleza, 1971.
- _____. **Uma tentativa de planejamento no Estado do Ceará: o Plano de Metas Governamentais: Plameg**. Fortaleza, 1965.
- _____. **Uma tentativa de planejamento no Estado do Ceará: o Plano de Metas Governamentais: Plameg**. Fortaleza. 1987.
- HEISZ, Andrew; LAROCHELLE-CÔTÉ, Sebastien. **Understanding regional differences in works hours**. Ottawa: Analytical Studies Branch Research Papers Series, 2007. (Research Paper, n. 293).
- IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. **Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar: PNAD 1992**. Rio de Janeiro, 1993.
- _____. **Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar: PNAD 2001**. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar**: PNAD 2009. Rio de Janeiro, 2009.

JANN, Ben. The blinder-Oaxaca decomposition for linear regression models. **The Stata Journal**, v. 8, n. 4, p. 453-479, 2008.

KRUGMAN, Paul. The role of geography in development. In: ANNUAL WORLD BANK CONFERENCE ON DEVELOPMENT ECONOMICS, 1998, Washington, DC. **Proceedings...** Washigton: The Word Bank, 1999.

LIMA, Cláudio Ferreira. **A construção do Ceará**: temas de história econômica. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.

MINCER, Jacob. Schooling, experience and earnings. New York: Columbia University, 1974.

OAXACA, Ronald. Male-female wage differentials in urban labor markets. *International Economic Review*, v. 14, n. 3, p. 693-709, 1973.

OLIVEIRA, Carlos Wagner de A.; ELLERY JR., Roberto; SANDI, Danielle. Migração e diferenciais de renda: teoria e evidências empíricas. In: CARVALHO,

Alexandre Xavier Y. et al. **Estudos de economia regional e urbana**. Brasília, DF: Ipea, 2007.

PAIVA, Witalo de L.; CAVALCANTE, Alexsander L.; ALBUQUERQUE, Daniele. **Localização industrial**: evidências para a economia cearense. Fortaleza: IPECE, 2007. (Texto para Discussão, n. 44).

RUIZ, Ricardo M.; DOMINGUES, Edson P. Aglomerações econômicas no Sul-Sudeste e no Nordeste brasileiro: estrutura, escala e diferenciais. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 701-746, out./dez. 2008.

SUZIGAN, Wilson. Aglomerações industriais como focos de políticas. **Revista de Economia Política**, v, 21, n. 3, p. 83, jul./set. 2001.

TAKAHASHI, Kazushi. **Sources of regional income disparity in rural Vietnam**: Oaxaca-Blinder decomposition. Wakaba: Institute of Developing Economies, 2007. (Discussion Paper, n. 95).

ANEXO A

Tabela 1A – Resultados das Regressões Utilizadas nas Estimativas de Oaxaca

Variáveis	1992			2001			2009		
	Além RMF	RMF	Estado	Além RMF	RMF	Estado	Além RMF	RMF	Estado
Homem	1,226*** (0,0527)	0,665*** (0,0269)	0,813*** (0,0246)	0,921*** (0,0381)	0,547*** (0,0231)	0,654*** (0,0199)	0,772*** (0,0357)	0,464*** (0,0188)	0,549*** (0,0171)
Negro	-0,0663 (0,0428)	-0,182*** (0,0265)	-0,149*** (0,0229)	-0,0428 (0,0360)	-0,175*** (0,0229)	-0,138*** (0,0195)	-0,0246 (0,0340)	-0,133*** (0,0195)	-0,100*** (0,0173)
Estudo	0,132*** (0,00637)	0,108*** (0,00306)	0,116*** (0,00280)	0,110*** (0,00446)	0,108*** (0,00286)	0,110*** (0,00243)	0,114*** (0,00416)	0,112*** (0,00249)	0,114*** (0,00213)
Idade	0,0796*** (0,00611)	0,110*** (0,00568)	0,0953*** (0,00410)	0,0802*** (0,00548)	0,111*** (0,00529)	0,0973*** (0,00378)	0,0923*** (0,00560)	0,0835*** (0,00432)	0,0887*** (0,00347)
Idade ao Quadrado	-0,000763*** (7,33e-05)	-0,00120*** (7,63e-05)	-0,000985*** (5,27e-05)	-0,000795*** (6,79e-05)	-0,00117*** (7,04e-05)	-0,000998*** (4,88e-05)	-0,000961*** (6,93e-05)	-0,000829*** (5,58e-05)	-0,000907*** (4,41e-05)
Indústria	0,111* (0,0631)	0,0168 (0,0610)	0,0521 (0,0386)	0,476*** (0,0478)	0,101* (0,0587)	0,308*** (0,0354)	0,266*** (0,0429)	0,0574** (0,0274)	0,137*** (0,0233)
Serviço	0,241*** (0,0546)	-0,0271 (0,0601)	0,0454 (0,0363)	0,568*** (0,0442)	0,165*** (0,0570)	0,370*** (0,0335)	0,407*** (0,0404)	0,0715*** (0,0253)	0,184*** (0,0212)
RMF			0,623*** (0,0281)			0,447*** (0,0208)			0,464*** (0,0180)
Constante	1,999*** (0,129)	2,862*** (0,112)	2,248*** (0,0789)	2,126*** (0,115)	2,671*** (0,108)	2,182*** (0,0742)	2,232*** (0,118)	3,310*** (0,0881)	2,601*** (0,0697)
Observações	2,162	4,187	6,349	2,965	5,499	8,484	3,674	7,004	10,678
R-Quad.	0,406	0,444	0,497	0,363	0,394	0,458	0,335	0,353	0,417

Fonte: Elaboração Própria do Autor a partir dos Dados do IBGE (1992, 2001, 2009).

Erros-padrões robustos entre parênteses

*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1

